

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DE DIREITO DO
TRIBUNAL DO JÚRI E DA VARA DOS DELITOS DE TRÂNSITO DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXX-XX**

Referente ao processo nº XXXXXXXXXXXX

Fulano de tal, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, apresentar suas

ALEGAÇÕES FINAIS POR MEMORIAIS

pelos motivos de fato e de direito que passa a expor.

1 - DOS FATOS

O acusado responde a ação penal por suposta prática, *in thesi*, dos crimes previstos nos artigos 306 e 307, combinado com, artigo 291, §1º, todos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). O crime ocorreu no dia XX de XXXXX de XXXX, por volta de XXhXX, em via pública, na altura do XXXXX/DF. Segundo a exordial acusatória, o acusado Fulano de tal conduziu veículo de modo anormal (capacidade

psicomotora alterada), de modo imprudente, colidindo com a motocicleta XXXXXXXX conduzida por Fulano de tal (vítima).

A Denúncia foi recebida **(fl. 79)**. O réu foi devidamente citado **(fl. 82/83)**. A Resposta à Acusação foi apresentada **(fl. 84)**. Iniciada a instrução, procedeu-se à oitiva das testemunhas **(Fulano de tal e Fulano de tal)** e da vítima, **Fulano de tal (fl.98)**. Após, o réu foi devidamente interrogado **(fl.98)**.

Em sede de Alegações Finais por Memoriais, o Ministério Público requereu a condenação dos acusado **(fls. 104/105-v)**, alegando indícios suficientes de autoria e materialidade **em relação ao 306 combinado com artigo 291, §1º, inciso I, ambos do Código de Trânsito Brasileiro¹**.

Vieram os autos com vistas à Defensoria Pública, o que enseja, neste momento processual, a apresentação destas Alegações Finais por memoriais.

2 - DO DIREITO

2.1 - DO DIREITO (ABSOLVIÇÃO DO ART.303 DO CTB) E DA DOSIMETRIA DA PENA

Excelência, verifica-se que o crime de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (art. 303 do CTB) não merece prosperar. Ora, conforme o que foi narrado pela vítima e pela acusado

¹ O órgão acusatório via Memoriais requereu a absolvição quanto ao crime do artigo 303, do Código de Trânsito Brasileiro.

(mídia acosta de folha fl. 98), o asfalto no momento do acidente era precário (com diversos buracos e sem faixa central) e na ocasião a própria vítima manobrou dos buracos, o que fora determinante para o infeliz episódio.

Ademais, a vítima asseverou em depoimento judicial que o acusado dirigia “normal”, desviando apenas dos buracos da pista (prática dos moradores da região em face da péssima condição do asfalto).

Desse modo, a causa resta evidenciada pela falta de estrutura asfáltica, não sendo imputável ao réu a imprudência na condução de veículo nos termos do 303 do Código de Trânsito Brasileiro.

No que tange ao artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro, o réu confessou a prática do crime, inclusive, atestada em Teste de Alcoolemia **(vide fl.38)**.

Assim, considerando tais situações, no que tange à primeira fase (circunstâncias judiciais) de cálculo da pena, o réu agiu de modo positivo, ao confessar o crime de condução de veículo automotor com a capacidade psicomotora alterada, de modo claro e inequívoco, nos termos da denúncia. Assim, o magistrado deve se ater ao elemento da personalidade do agente, visto que a confissão relaciona-se com a própria personalidade do acusado.

Ademais, MM. Juiz, a Defesa salienta que a confissão do réu é circunstância atenuante da pena (segunda fase do cálculo da pena), o que leva a redução da pena (circunstância atenuante), em conformidade com artigo 65, III, d, do Código Penal, *ex vi*: “Art. 65 - São circunstâncias que sempre atenuam a pena: III - ter o agente: d)

confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime”².

Verifica-se, ainda, que não há nos autos nenhuma causa de aumento para fins de cálculo da pena. Desse modo, requer a Defesa fixação da pena base no mínimo legal, uma vez que os elementos para cálculo de pena são favoráveis ao réu, consoante os artigos 59 e 65, III, alínea “d”, ambos do Código Penal, bem como a fixação do regime aberto, em conformidade com artigo 33, §2º, alínea c, do Código Penal, haja vista que a pena base mínima é de 6 (seis) meses.

3 - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer a Defesa:

- a. A absolvição do réu na infração do artigo 303 do CTB, nos termos do artigo 386, VII, do Código de Processo Penal, tendo em vista que restou demonstrada a não imprudência do réu no momento dos fatos;
- b. A fixação da pena base no mínimo legal e a fixação do regime aberto, uma vez que o Sr. Fulano de tal preenche os requisitos elencados na lei, conforme o que foi narrado em tópico supracitado.

² Código Penal. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>.

Nestes termos,
Pede deferimento.

XXXX, XX de XXXX de XXXX.

FULANO DE TAL
Defensor Público